



**PROGRAMAÇÃO**  
**CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS**  
**Ciclo de Capacitação em Direito Civil – Parte Geral**

**IMPORTANTE: sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.**

<b>INFORMAÇÕES DA ESCOLA</b>	<b>Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro</b> Responsável Técnico da Escola: Professora Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Cláudio Luís Braga dell’Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 06/02/2027		
<b>PERÍODO DE INSCRIÇÃO</b>	Até 13 de março de 2025		
<b>DATA E HORÁRIO</b>	De 17 de março a 18 de abril de 2025 Aulas síncronas: 21/03, 24/03, 07/04 e 14/04 - das 09h às 10h30		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b>	Curso de formação continuada	<b>CARGA HORÁRIA</b>	20 horas
<b>MODALIDADE</b>	A distância	<b>Nº DE VAGAS</b>	40
<b>Local</b>	Plataforma Moodle ( <a href="http://virtual.emerj.com.br/">http://virtual.emerj.com.br/</a> ) e Plataforma Zoom		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados do TJRJ		
<b>EMENTA DO CURSO</b>	Projeto de Reforma do Código Civil – <b>Parte Geral</b> – Alterações Relevantes – Personalidade Internacional - Pessoa Humana: personalidade, capacidade e dignidade –Capacidade Civil do Deficiente – Registros Cíveis das Pessoas Naturais: novo rol – Direitos da Personalidade – Direito dos Pacientes e Negativa de Tratamento Médico – O conceito de identidade pessoal, sua abrangência e proteção – Direito à Identidade Genética - Status Jurídico dos Animais - Alterações no Instituto de Ausência – Desconsideração da Personalidade Jurídica: mudanças no artigo 50 do CCB – Pessoa Jurídica: As Associações, novas regulações – Licitude, Anulabilidade e Nulidade do Ato Jurídico - Decadência e Prescrição: teorias objetiva e subjetiva da <i>Actio Nata</i> na responsabilidade civil – Prazos prescricionais: responsabilidade civil contratual, extracontratual e pretensão de ressarcimento por enriquecimento sem causa – Alteração em relação aos prazos decadenciais;		
<b>TEMAS GERAIS</b>			

<p style="text-align: center;"><b>EIXOS E SUBEIXOS</b></p>	<p><b>Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:</b></p> <p>( x ) Temas de Direito Civil ( ) Temas de Processo Civil;</p> <p>( ) Temas em Direito Penal ( ) Temas em Processo Penal</p> <p>( ) Temas de Direito Empresarial ( ) Temas em Direito Eleitoral</p> <p>( ) Temas em Direito Administrativo</p> <p>( ) Temas em Legislações Especiais</p> <p>( ) Temas em Execução</p> <p>( ) Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação</p> <p>( ) Qual: <i>(escreva aqui a legislação)</i></p> <p><b>Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:</b></p> <p>( ) Temas em Alteridade, Visibilidade e Comunidade de Cidadania</p> <p>( ) Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça</p> <p>( ) Direito Sistêmico; Justiça Restaurativa; Conciliação, arbitragem e meios adequados de resolução de disputas</p> <p>( x ) Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade)</p> <p>( ) Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0</p> <p>( ) Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional</p> <p>( ) Temas em Ciências Sociais e Políticas; Democracia; Posicionamento Político</p> <p>( ) Direito, Economia e aplicações práticas</p> <p>( ) Temas em Ensino Jurídico</p>
<p><b>JUSTIFICATIVA</b></p>	<p>Em 2024 foi aprovado por uma Comissão de Juristas e entregue ao Senado Federal o relatório consolidado de atualização do Código Civil, que passou a tramitar como projeto de lei.</p> <p>Trata-se de instrumento legal que será a base das decisões judiciais concernentes à vida privada dos cidadãos e das pessoas jurídicas, sendo de grande relevância a atualização de todos os magistrados acerca das alterações pelas quais passou a Lei 10406/02.</p>

	<p>Dentre os temas que serão abordados no curso estão os relativos a Pessoas no qual serão discutir as alterações na regulação das pessoas físicas, desde o conceito de identidade, até aquele de dignidade, cotejando os paradigmas jurisprudenciais utilizados no anteprojeto, bem como atualizar o conceito de identidade. Apontar as mudanças sofridas na regulação das associações e no que diz respeito ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica da empresa. Animais, o tratamento jurídico conferido aos animais como sencientes. Em relação ao Ato Jurídico, serão discutidas as hipóteses de anulabilidade e nulidade e suas explicitações. E sobre Prescrição e Decadência, o Actio Nata – teorias: subjetiva e objetiva. Novos prazos e hipóteses.</p> <p>A relevante mudança legislativa impõe o desafio da atualização dos magistrados enquanto em exercício de suas atividades. A proposta deste curso é, portanto, facilitar a rápida compreensão do novo regime jurídico e, conseqüente capacitação para a aplicação da lei à solução dos conflitos atuais.</p>
<b>OBJETIVO GERAL</b>	<p>Ao final do curso os(as) magistrados(as) estarão aptos a analisar criticamente as mudanças chanceladas pela Comissão de Juristas que elaborou o Projeto entregue ao Senado Federal, preparando-a para atuar com segurança na aplicação da nova legislação.</p>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<p>Considerando os 4 subeixos que vão constituir o cerne da análise da Parte Geral do Código Civil, os(as) magistrados(as) serão capazes de:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identifica e avaliar as alterações na regulação das pessoas físicas, desde o conceito de identidade, até aquele de dignidade, cotejando os paradigmas jurisprudenciais utilizados no anteprojeto, bem como atualizar o conceito de identidade. Apontar as mudanças sofridas na regulação das associações e no que diz respeito ao instituto da desconsideração da personalidade jurídica da empresa;</li> <li>2. Valorar o tratamento jurídico conferido aos animais como sencientes;</li> <li>3. Identificar e aplicar hipóteses de anulabilidade e nulidade e suas explicitações;</li> <li>4. Aplicar os novos prazos e hipóteses de Prescrição e Decadência - Actio Nata: teorias: subjetiva e objetiva.</li> </ol>
<b>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</b>	
<b>COORDENAÇÃO</b>	<p><b>Desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira</b>  Desembargadora do TJRJ. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1985). Possui certificação Formação de Formadores.  Link do Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/1367301130281239">http://lattes.cnpq.br/1367301130281239</a></p>

<p><b>TUTORIA</b></p>	<p><b>Flávia de Almeida Viveiros de Castro</b></p> <p>Juíza Aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui Pós-Doutorado em Direitos Humanos pelo Instituto JUS GENTIUM da Faculdade de Direito de Coimbra (2017/18). É doutora em Direito o Civil-Constitucional pela Universidade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1999); Mestre em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (1990); Possui curso de Especialização em direito português pelo Centro de Estudos Judiciários de Portugal - CEJ(1997) e Especialização em Ciência Política, pelo Instituto Metodista Bennett (1985); Graduada em Direito e em Comunicação Social, especialidade Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC- Rio(1980 e 1990). Foi Juíza Corregedora - Auxiliar da Corregedora de Justiça em (1996); Exerceu em vários períodos a função de Juíza Eleitoral e esteve convocada como JDS. no TJRJ. È Professora-Pesquisadora da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) ESAJ (Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro); Exerce a docência como palestrante e professora convidada nas áreas de Direitos Humanos, Direito Civil e Direito Tributário. Foi coordenadora acadêmica do Instituto de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e coordenadora acadêmica dos cursos de pós-graduação em direito imobiliário, direito fiscal, direito empresarial, direito processual civil e direito da saúde do Instituto de Direito da PUC-RJ. É palestrante convidada da HOUSE of Legal Studies.</p> <p>Link para o Lattes  <a href="http://lattes.cnpq.br/7284185756149490">http://lattes.cnpq.br/7284185756149490</a></p>
<p><b>DOCENTES</b></p>	<p><b>Fernanda Nunes Barbosa</b></p> <p>Mini CV Doutora em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2015), possui mestrado em Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2004). É professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Advogada, tem experiência nas áreas de Direitos Humanos e Direito Privado, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos da personalidade, liberdades públicas, direito e literatura, responsabilidade civil, direito do consumidor, teoria dos contratos civis e empresariais, direito autoral e propriedade intelectual, direito de família e sucessões. Foi representante do Brasilcon (Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor) junto ao CONDECON (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor) da Cidade de Porto Alegre/RS (biênios 2018/2019-2020/2021). É representante do Brasilcon junto ao CEDECON (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor) do estado do Rio Grande do Sul (biênio 2023-2024). Atua como parceira e consultora da ONG "ACT Promoção da Saúde" no tema das políticas públicas de controle do tabagismo, tendo participado de encontros promovidos pela "Campaign for Tobacco-Free kids" nas cidades de Washington (2011 e 2012) e Cidade do México (2019) nos últimos anos. Desde 2023 também atua como consultora da ONG "Vital Strategies" na temática da regulação da indústria do álcool. Diretora Científica da Associação As Civilistas (2024-2025). Foi</p>

Coordenadora de Curso da Faculdade de Direito (campus da Zona Sul/Porto Alegres) do UniRitter e da FAPA (para implementação do curso de Direito). Realizou estágio de pesquisa pós-doutoral na Universidade de Sevilha/Espanha de setembro até dezembro de 2022. Desde 2015 é editora da Série Pautas em Direito, da Arquipélago Editorial  
Link para o Lattes <http://lattes.cnpq.br/8741415778139085>

**José Roberto de Castro Neves**

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993), mestrado em Direito pela - Cambridge University (1995) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003). Atualmente é sócio advogado - Ferro, Castro Neves, Daltro & Gomide Advogados.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6322213555842761>

**Lucia Frota Pestana de Aguiar Silva**

Pós-Doutorado em Direito sob o título: O Direito Constitucional Ecológico à luz do Pós-humanismo: o nascimento do Direito Animalista. Doutorado em Direito. Possui graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1995). Possui Mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá sob o título: " A Tutela Preventiva na Proteção dos Animais" Livro publicado em 2015, pela Ed. Max Limonad, SP, " A TUTELA PREVENTIVA NA PROTEÇÃO DOS ANIMAIS". Diretora da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. E Membro da Law and Society Association ([www.lawandsociety.org](http://www.lawandsociety.org)). Vice-Presidente do Fórum Permanente de Pós-Humanismo e Defesa dos Animais Cláudio Cavalcanti da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Possui Formação de Formadores.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7811095605686107>

**Thiago Ferreira Cardoso Neves**

Vice-Presidente Administrativo da Academia Brasileira de Direito Civil. Doutorando e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-graduado em Direito Público e Direito Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Especialista em Direito Societário e Mercado de Capitais pela FGV-Rio. Professor de Direito Civil, Direito Empresarial e Direito do Consumidor do curso de Pós-Graduação lato sensu em direito público e direito privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, bem como dos cursos de pós-graduação em direito do consumidor e responsabilidade civil e cursos de extensão em direito imobiliário e direito dos contratos da mesma instituição. Professor dos Cursos de MBA do IBMEC. Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Privado da PUC-Rio. Coordenador e Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Civil da UCAM-OAB/RJ.

Link para o lattes: [lattes.cnpq.br/4746536015215403](http://lattes.cnpq.br/4746536015215403)

	<p><b>José Guilherme Vasi Werner</b></p> <p>Juiz de Direito do TJRJ, Titular do II Juizado Especial Cível da Barra da Tijuca. Doutor em História das Instituições, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV) e mestre em Sociologia pelo IUPERJ/UCAM. Bacharel em Direito pela UERJ. Professor Adjunto na FGV - DIREITO-RIO.</p> <p>Link para o Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/4079857333306556">http://lattes.cnpq.br/4079857333306556</a></p>
<p><b>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</b></p>	<p>Este curso é composto por 4 módulos de duração de uma semana cada. No primeiro módulo serão tratados os temas das pessoas física e jurídica. No segundo módulo o tema do <i>status</i> jurídico dos animais. No terceiro módulo a temática será o ato jurídico: validade, invalidade, defeitos. No quarto e último módulo serão abordados os temas da decadência e prescrição;</p> <p>Cada módulo será composto por vídeo aulas e aula síncrona, material de leitura obrigatória e complementar, um fórum de discussão e uma atividade avaliativa;</p> <p>Metodologia: serão utilizadas as seguintes metodologias ativas, como forma de facilitar a interação entre os participantes, fomentando o debate:</p> <p><b>Aprendizagem Cooperativa:</b> A partir de <b>uma tarefa dada</b>, os alunos se inscrevem em grupos (cada grupo tem sua tarefa que é divulgada ao início do módulo) e apresentam um relatório final, <b>escrito</b> e enviado através da plataforma, para avaliação;</p> <p><b>Aprendizagem baseada em Problemas:</b> A proposta é a apresentação de um conflito de interesses envolvendo tema do curso para discussão à luz da reforma do CCB;</p> <p><b>Aprendizagem baseada em Projetos:</b> Passa-se da <b>definição do projeto – fase 1</b> - (p.ex. fixar a aplicabilidade prática da alteração proposta para o artigo 17 do CCB) para a criação das equipes – <b>fase 2</b> - (cada equipe pode analisar a aplicabilidade prática ou eficácia de uma das alterações legislativas proposta) – pesquisa e análise -<b>fase 3</b> – e desenvolvimento de soluções/respostas – <b>fase 4</b>;</p> <p><b>Tempestade de Ideias: Brainstorming</b> – no ambiente do curso será apresentado um tema do módulo e cada aluno deverá complementar este tema com uma ideia (equivalente a 10 a 20 palavras);</p> <p><b>Indique</b> os materiais que serão utilizados nas atividades propostas:</p> <p>(x ) Gravação de videoaula</p> <p>(x ) Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates</p> <p>(x ) Questões formativas</p> <p>Ferramentas ativas:</p> <p>( ) Questionário</p>

	<input type="checkbox"/> Mural Virtual <input type="checkbox"/> Mapa Mental <input type="checkbox"/> Wiki <input type="checkbox"/> Glossário <input type="checkbox"/> Podcast <input checked="" type="checkbox"/> Encontro síncrono (data/hora) <input type="checkbox"/> Kahoot; Mindmeister; Miro; etc... <input checked="" type="checkbox"/> Outras atividades. Descrever.
<b>PROGRAMAÇÃO</b>	
<b>AMBIENTAÇÃO</b>  <b>Período: 17 e 18 de março</b>	Ambientação; Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as);
<b>Módulo 1</b>  <b>Período: 19 a 25 março</b>  <b>Carga horário: 06 horas</b>	<b>TEMA GERAL DO MÓDULO - PESSOAS</b>  <b>Vídeo aula (30 minutos)</b> <b>Tema:</b> Pessoas Físicas: Relevantes Mudanças do Anteprojeto do Código Civil <b>Docente: Fernanda Nunes Barbosa</b>  <b>Vídeo aula (30 minutos)</b> <b>Tema:</b> Pessoas Jurídicas e Desconsideração da Personalidade da Empresa <b>Docente: José Roberto de Castro Neves (pessoa jurídica)</b> <b>Conteúdo programático:</b> Alterações propostas para os temas da pessoa física e da pessoa jurídica inseridos na Parte Geral do Código Civil;  <b>Encontro síncrono: dias 21/03 – das 9h às 10h30 (1h30min)</b> <b>Conteúdo programático: Pessoas Jurídicas:</b> Decisões dos administradores e prazo para sua anulação. Modificações sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, alcançando todas as pessoas jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras, bem como associações. Desconsideração inversa e bens dos sócios; <b>Docente: José Roberto de Castro Neves</b> <b>Metodologia da aula:</b> <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.).  <b>Encontro síncrono: 24/03 – das 9h às 10h30 (1h30min)</b>

	<p><b>Conteúdo programático:</b> Pessoa Física: Personalidade Internacional - Pessoa Humana: personalidade, capacidade e dignidade –Capacidade Civil do Deficiente – Registros Cíveis das Pessoas Naturais: novo rol – Direitos da Personalidade – Direito dos Pacientes e Negativa de Tratamento Médico – O conceito de identidade pessoal, sua abrangência e proteção – Direito à Identidade Genética</p> <p><b>Docente: Fernanda Nunes Barbosa</b></p> <p><b>Metodologia da aula:</b> <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.);</p> <p><b>Atividades e Avaliação de aprendizagem:</b></p> <p><b>Aprendizagem Cooperativa:</b> A partir de uma tarefa dada, os alunos se inscrevem em grupos e apresentam um relatório final acerca da tarefa que coube à cada equipe. O relatório será enviado à tutora para análise e avaliação (1 hora)</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> (1 hora) HC n. 35.301/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/8/2004;</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento:</b> <i>A desconsideração da personalidade jurídica e o novo Código Civil</i>; Fernandes – Anderson Antonio; IN <a href="https://www.migalhas.com.br/depeso/1308/a-desconsideracao-da-personalidade-juridica-e-o-novo-codigo-civil">https://www.migalhas.com.br/depeso/1308/a-desconsideracao-da-personalidade-juridica-e-o-novo-codigo-civil</a>;</p>
<p><b>Módulo 2</b></p> <p><b>Período: de 26 de março a 01 de abril</b></p> <p><b>Carga Horária:</b></p> <p><b>04 horas</b></p>	<p><b>TEMA GERAL DO MÓDULO: DIREITO DOS ANIMAIS</b></p> <p><b>Vídeo aula</b> (30 minutos)</p> <p><b>Tema:</b> Direito dos Animais</p> <p><b>Docente: Lucia Frota Pestana de Aguiar Silva</b></p> <p><b>Conteúdo programático:</b> Natureza jurídica dos animais. A qualificação jurídica dos animais – o conceito de bem-estar animal – as liberdades garantidas aos animais: livre de dor, livre de injúrias – livre de fome e sede – livre de medo e estresse – Boas Práticas – Animais como objeto de direito: crítica à visão patrimonialista – O termo senciente: significado e alcance;</p> <p><b>Vídeo aula</b> (30 minutos)</p> <p><b>Docente: Flávia de Almeida Viveiros de Castro</b></p> <p><b>Tema:</b> A proteção dos animais de estimação ou companhia no direito comparado. Legislação da Itália, Alemanha e EUA entre outras. Status Jurídico – Direitos em face do Estado – Direitos e Deveres dos Tutores.</p> <p><b>Atividades e Avaliação de aprendizagem:</b></p> <p><b>Fórum de Discussão:</b> Tributação sobre a Posse dos Animais (1 hora)</p>



	<p><b>Aprendizagem baseada em Projetos:</b> Projeto: Possível Aperfeiçoamento da Redação dada ao artigo 91 - A e seus parágrafos na reforma do Código Civil; Metodologia: (i) Analise a tarefa proposta; (ii) Inscreva-se no grupo; (iii) Os participantes de um mesmo grupo devem criar um WHATS para se comunicarem; (iv) Siga o roteiro da tarefa; (v) Elabore a síntese final com ATÉ 2 laudas. (1 horas)</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> (1 hora) Junior, Vicente de Paula Ataíde. O direito animal na reforma da parte geral do Código Civil.</p> <p><b>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</b> O que é Senciência? IN <a href="https://www.animal-ethics.org/">https://www.animal-ethics.org/</a></p>
<p><b>Módulo 3</b></p> <p><b>Período: de 2 a 8 de abril</b></p> <p><b>Carga Horária: 04 horas</b></p>	<p><b>TEMA GERAL DO MÓDULO: VONTADE, ATO JURÍDICO E SUA PROVA</b></p> <p><b>Encontro síncrono – 07/04 – das 9h às 10h30 (1h30min)</b> <b>Tema: Ato Jurídico</b> <b>Conteúdo programático:</b> Manifestação de Vontade: prova, transmissão errônea, Licitude dos atos e atividades jurídicas, Anulabilidade e Nulidade do Ato Jurídico. Prova. <b>Docente: José Guilherme Vasi Werner</b></p> <p><b>Atividades e Avaliação de aprendizagem:</b> Aprendizagem baseada em problemas: apresentação de um conflito de interesses que deverá ser analisado à luz da reforma do Código Civil (1h30min)</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b> (1 hora) <b>DIAS, DANIEL</b> Minuta de transação que não observou forma prescrita em lei: mera negociação que não resultou em contrato válido, IN <a href="https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/1050/827">https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/1050/827</a>;</p>
<p><b>Módulo 4</b></p> <p><b>Período: 9 a 15 de abril</b></p> <p><b>Carga Horária: 04 horas</b></p>	<p><b>TEMA GERAL: PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA</b></p> <p><b>Vídeo aula</b> (30 minutos) <b>Tema:</b> Teorias objetiva e subjetiva da Actio Nata <b>Conteúdo programático:</b> Prazos prescricionais: responsabilidade civil contratual, extracontratual e pretensão de ressarcimento por enriquecimento sem causa – Alteração em relação aos prazos decadenciais; <b>Docente: Thiago Neves</b></p> <p><b>Encontro síncrono – 14/04 – das 9h às 10h30 (1h30min)</b> <b>Tema: Relatório da Subcomissão da Reforma do Código civil – Parte Geral</b></p>

	<p><b>Conteúdo programático:</b> Relatório da Subcomissão da Reforma do Código civil – Parte Geral</p> <p><b>Docentes:</b> Desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira e Flávia de Almeida Viveiros de Castro</p> <p><b>Atividades e Avaliação de Aprendizagem</b></p> <p><b>Fórum de discussão formativa sobre temática do módulo (1 hora)</b></p> <p><b>Leitura Obrigatória:</b> (1 hora)</p> <p>MAFRA, Tereza Cristina e GUEDES, Susan A actio nata na petição de herança; IN <a href="https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/971/808">https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/971/808</a>;</p>
<p><b>AVALIAÇÃO</b></p> <p><b>Período: 16 a 18 de abril</b></p> <p><b>Carga Horária: 02h</b></p>	<p><b>Atividade Avaliativa final</b></p> <p>Leitura do Texto de Stefano RODOTÁ e sua crítica (civilistica.com    a. 13. n. 1. 2024 ) <a href="file:///C:/Users/Dell/Downloads/document%20(4).pdf">file:///C:/Users/Dell/Downloads/document%20(4).pdf</a></p> <p><b>IDEOLOGIAS E TÉCNICAS DA REFORMA DO DIREITO CIVIL;</b></p> <p>A crítica, um texto de – no máximo – 50 linhas, deverá contemplar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Resumo (pode ser na forma de tópicos) das principais ideias contidas no texto;</li> <li>(ii) Pertinência (ou não) do que o autor expressa <i>vis a vis</i> a reforma do Código Civil;</li> <li>(iii) Evidências e Argumentos utilizados pelo autor;</li> </ul> <p>Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso</p> <p>Avaliação das Aulas</p> <p>Avaliação de Reação</p>
<p><b>CERTIFICAÇÃO</b></p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>